



Entre fronteiras e identidades: o impacto da concepção de identidade nacional brasileira para uma ideia compartilhada de América Latina

Sabrina de Souza Ribeiro¹
Marco Antonio de Meneses Silva²

Resumo

Este artigo examina as conexões e impactos do conceito de identidade, com foco na identificação (ou ausência dela) da população brasileira com o termo "latino-americano". A pesquisa explora as raízes históricas, culturais e sociais da identidade nacional brasileira e sua relação com a América Latina, buscando entender se há uma desconexão e os possíveis impactos disso. Com base em uma abordagem qualitativa e revisão bibliográfica, o estudo fundamenta-se em teorias de Benedict Anderson, Homi Bhabha e Stuart Hall, abordando dinâmicas identitárias e hegemonia cultural. O artigo questiona até que ponto a identidade brasileira se alinha ou se distancia da latino-americana e as consequências desse distanciamento. Os resultados sugerem que a estratégia brasileira de se diferenciar da América Latina visa afastar-se do estigma de subdesenvolvimento. Contudo, essa desconexão não é total: o Brasil, embora tenha construído uma identidade única, mantém interações significativas com seus vizinhos, através de iniciativas como o Mercosul. Isso revela uma ambiguidade identitária em que o Brasil equilibra singularidade e influências regionais, evidenciando tanto distanciamento simbólico quanto envolvimento prático, o que realça a complexidade da questão.

Palavras-chave: Identidade nacional, América Latina, Integração regional, Hegemonia cultural.

Entre fronteras e identidades: el impacto de la concepción de identidad nacional brasileña en una idea compartida de Latinoamérica

Resumen

Este artículo examina las conexiones e impactos del concepto de identidad, con un enfoque en la identificación (o su ausencia) de la población brasileña con el término "latinoamericano". La investigación explora las raíces históricas, culturales y sociales de la identidad nacional brasileña y su relación con Latinoamérica, buscando comprender si existe una desconexión y sus posibles impactos. Basado en un enfoque cualitativo y revisión bibliográfica, el estudio se fundamenta en teorías de Benedict Anderson, Homi Bhabha y Stuart Hall, abordando las dinámicas identitarias y la hegemonía cultural. El artículo cuestiona en qué medida la identidad brasileña se alinea o se distancia de la identidad latinoamericana compartida y las consecuencias de esta separación. Los resultados sugieren que la estrategia de Brasil de

¹ Graduanda do Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário IESB. sabrinadesribeiro@gmail.com

² Mestre em Relações Internacionais pela University of Kent at Canterbury (Reino Unido) e doutorando em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília. Professor, orientador e coordenador do curso de Relações Internacionais no Centro Universitário IESB. marcodemeneses@gmail.com

diferenciarse de Latinoamérica busca evitar el estigma de subdesarrollo. Sin embargo, esta desconexión no es total: aunque Brasil ha construido una identidad nacional singular, mantiene interacciones significativas con sus vecinos a través de iniciativas como el Mercosur. Esto revela una ambigüedad identitaria en la que Brasil equilibra singularidad e influencias regionales, mostrando tanto un distanciamiento simbólico como un involucramiento práctico, lo cual resalta la complejidad de esta cuestión.

Palabras-clave: Identidad nacional, América Latina, Integración regional, Hegemonía cultural.

Between borders and identities: The impact of the concept of Brazilian national identity on a shared idea of Latin America

Abstract

This article examines the connections and impacts of the concept of identity, focusing on the identification (or absence thereof) of the Brazilian population with the term "Latin American." The research explores the historical, cultural, and social roots of Brazilian national identity and its relationship with Latin America, seeking to understand if there is a disconnection and its possible impacts. Based on a qualitative approach and literature review, the study draws on theories from Benedict Anderson, Homi Bhabha, and Stuart Hall, addressing identity dynamics and cultural hegemony. The article questions to what extent Brazilian identity aligns with or distances itself from a shared Latin American identity and the consequences of this separation. The results suggest that Brazil's strategy of differentiation from Latin America aims to avoid the stigma of underdevelopment. However, this disconnection is not absolute: while Brazil has constructed a unique national identity, it maintains significant interactions with neighboring countries through initiatives like Mercosur. This reveals an identity ambiguity in which Brazil balances singularity and regional influences, showing both symbolic distancing and practical involvement, underscoring the complexity of this issue.

Key words: National identity, Latin America, Regional integration, Cultural hegemony.

1 Introdução

O presente artigo científico tem como propósito investigar as conexões e os impactos do conceito de identidade, com foco específico no caso da assimilação, ou ausência dela, da própria população brasileira com o termo "latino-americano" e as implicações simbólicas e políticas que essa identidade assume. Para tanto, são analisadas, a partir de diversos esforços conceituais, as raízes históricas, culturais e sociais do conceito de América Latina e da construção da identidade nacional brasileira.

Neste sentido, a discussão proposta neste artigo parte da seguinte pergunta-problema: a população brasileira apresenta uma maior conexão em relação à identidade latino-americana? Com a hipótese de que não apresenta. Assim, as implicações da identidade nacional sobre a

integração latino-americana são uma parte essencial desse debate, pois as identidades nacional e regional desempenham um papel central na formulação de políticas externas e na agenda internacional.

Essa investigação se faz relevante, pois as identidades nacional e regional influenciam diretamente a formulação de políticas externas e da agenda internacional. Diante disso, a integração não apenas fortalece politicamente e economicamente a região, mas também contribui para a construção de uma posição mais assertiva no sistema internacional, que é dominado pelas grandes potências (Hurrell, 2007, p. 239-261)

Além disso, compreender as raízes da desconexão entre a identidade brasileira e a identidade latino-americana, se faz necessário, pois a ausência de uma identificação maior com a América Latina pode gerar desafios para a cooperação política e econômica entre os países da região, fragilizando os esforços de integração.

A metodologia adotada para alcançar os objetivos propostos é de natureza qualitativa, com ênfase na revisão e análise crítica da literatura especializada, para isso, foram examinadas fontes relevantes, como livros, artigos científicos e publicações jornalísticas, que abordam os temas centrais da pesquisa. Nesse sentido, a presente investigação está ancorada em um referencial teórico que abrange os conceitos de identitarismo, identidade nacional, hegemonia, pós-colonialidade e integração regional. O que possibilita uma compreensão aprofundada das dinâmicas identitárias e suas implicações aos processos de integração regional, principalmente no que diz respeito à questão da eventual desconexão identitária entre Brasil e o restante da América Latina.

Perante o apresentado, as bases teóricas deste artigo estão respaldadas sob uma perspectiva multidisciplinar, que explora a formação das identidades nacionais e regionais, bem como as dinâmicas de hegemonia cultural e pós-colonialidade. Autores como Benedict Anderson, Homi Bhabha e Stuart Hall, são alguns dos abordados na presente pesquisa, por oferecerem as ferramentas analíticas necessárias para investigar a complexidade das relações entre a identidade nacional brasileira e a sua possível desconexão com a identidade latino-americana.

Assim, a presente produção científica procura responder o seguinte questionamento: em que medida a população brasileira se identifica com uma ideia compartilhada de América Latina e quais as possíveis repercussões dessa eventual desconexão?

2 A concepção de identidade e de América Latina

Benedict Anderson (2006), reflete sobre a formação das identidades nacionais e conceitua as nações como construções sociais sustentadas por uma consciência coletiva que transcende a proximidade física entre os indivíduos. Nessa visão, as nações são como "comunidades imaginadas", pois os membros dessas sociedades não conhecem pessoalmente todos os seus integrantes, mas partilham uma imagem mental comum de pertencimento (Anderson, 2006).

Essa noção é fundamental para a presente pesquisa, que busca investigar a identidade latino-americana, que foi historicamente forjada por processos culturais e políticos que atravessam fronteiras territoriais e que estão enraizados em um imaginário coletivo comum. Nesse sentido, a ideia que Anderson introduz sobre uma imagem mental comum de pertencimento, oferece uma base conceitual para entender como a América Latina se construiu como uma identidade regional, ancorada em narrativas políticas e símbolos culturais que transcendem os limites nacionais.

Dentro dessa perspectiva, a "imagem mental" e essa noção de pertencimento da identidade latino-americana foi explorada principalmente por líderes revolucionários no período de libertação das colônias, como Simón Bolívar, iniciada por ele com o Juramento de Monte Sacro³ (Bolívar; Bushnell, 2003, p. 113-114), e que depois emerge por entre os projetos nacionais, que embora centrados nos Estados, podiam ou não carregar a visão de um senso coletivo de pertencimento regional, no que se trata da ideia de uma identidade latino-americana compartilhada.

No entanto, esse senso de pertencimento identitário acima do Estado, ou seja, uma identificação que ultrapasse as fronteiras nacionais em direção a um senso de unidade latino-americana é mais complexo do que aparenta (Larraín, 1994, p. 53), principalmente visto que os projetos nacionais hegemônicos, em sua maioria advindos das elites nacionais, historicamente visavam homogeneizar as diversidades que poderiam ser celebradas em uma visão compartilhada da região em detrimento de enfatizar valores eurocêntricos.

Nesse sentido, o fato de que cada país da região vivenciou diferentes trajetórias coloniais, raciais e de exploração, também pode enfraquecer esse senso de pertencimento, principalmente por focar mais nas diferenças do que nas semelhanças entre os países da

³ Compromisso feito por Simón Bolívar em que ele jurava não descansar até que toda a América estivesse liberta do controle espanhol: "Juro delante de usted, juro por el Dios de mis padres, juro por ellos, juro por mi honor y juro por mi patria, que no daré descanso a mi brazo, ni reposo a mi alma, hasta que haya roto las cadenas que nos oprimen por voluntad del poder español!"

região. O caso do Brasil, como será discutido posteriormente, exemplifica bem essas tensões, pois o país historicamente priorizou sua singularidade, que provêm tanto de processos históricos diferentes dos países hispânicos quanto da disseminação de narrativas advindas da elite, em detrimento de uma identificação profunda com a América Latina (de Souza, 2011, p. 30-32). Assim, a construção de uma identidade regional não pode ser vista como um processo estático, mas sim como um campo dinâmico de disputas, onde múltiplas narrativas e vozes competem constantemente por reconhecimento.

A ideia de "latino-americanidade" é, portanto, multifacetada e engloba tanto a resistência ao colonialismo quanto uma crítica interna às exclusões e marginalizações geradas pelos próprios projetos nacionais e regionais (Larraín, 1994, p. 53-57).

Ademais, Stuart Hall também oferece uma leitura crítica sobre identidade, enfatizando seu caráter fluido e de constante transformação. Para Hall, as identidades são "posicionais", construídas a partir de relações de poder, transformações sociais e culturais, além de serem marcadas pela fragmentação, o que contribui para a ideia de que a identidade não é uma essência fixa ou determinada, mas sim um campo de luta e contestação constantes (Hall, 2006, p. 47-65). Nesse sentido, no contexto da América Latina, a identidade regional foi moldada tanto pela resistência ao colonialismo europeu quanto pela influência imperialista dos Estados Unidos.

Apesar disso, essa identidade não pode ser vista como uma essência pré-determinada, pois é constantemente renegociada, tanto no contexto da globalização quanto nas lutas internas por reconhecimento e direitos. Entretanto, a presença de elementos que resistem à homogeneização cultural sugere que alguns traços identitários podem ter raízes anteriores à colonização, enquanto outros se formaram durante esse processo, em resposta às interações e tensões coloniais. Hall critica as tentativas de fixar uma única narrativa de identidade, especialmente aquelas que reduzem a complexidade da região a símbolos simplificados, como a ideia da "mestiçagem", que muitas vezes invisibiliza as assimetrias de poder entre diferentes grupos étnicos e raciais (Hall, 2006, p.67-89).

Assim, pode-se afirmar, que a ideia de uma identidade latino-americana compartilhada, sob a lente de Hall, deve ser entendida como um "lugar" onde múltiplas vozes, muitas vezes conflitantes, coexistem, o que corrobora com as ideias introduzidas por Homi Bhabha sobre "hibridismo cultural" e que serão tratadas em seções posteriores.

Essa fragmentação é evidente na exclusão histórica de populações indígenas e afrodescendentes dos discursos e projetos hegemônicos de vertente eurocêntrica, promovidos principalmente pelas elites latino-americanas, sobre a identidade nacional e regional (Larraín,

1994, p. 50-53), no entanto, Hall enfatiza que essas identidades consideradas como subalternas pelas elites, não são simplesmente passivas ou marginais, mas agentes ativos na contestação e transformação das narrativas dominantes sobre a "América Latina" (Hall, 2006, p. 67-89).

Além disso, a identidade é caracterizada por ser fluida, múltipla e marcada pela migração e pelos fluxos transnacionais. Nesse sentido, as identidades não são mais fixas ou essencialmente nacionais, mas sim reconfiguradas por interações sociais, culturais e políticas que atravessam fronteiras e estão sujeitas a contínuas reconfigurações. No contexto da América Latina, essa identidade transnacional é particularmente relevante, pois os fluxos migratórios entre os países da região e em direção a outras partes do mundo, redefinem constantemente as fronteiras de pertencimento e de identidade, tanto no nível nacional quanto regional (Hall, 2006, p. 47-65; p. 67-89).

Assim como em outros contextos, na América Latina, a identidade foi frequentemente instrumentalizada politicamente, tanto durante os movimentos de independência quanto nas tentativas de integração regional. No entanto, essa instrumentalização resultou na criação de uma narrativa dominante que marginaliza a diversidade cultural interna (Larraín, 1994, p. 57).

A identidade, portanto, não é algo revelado, mas sim forjado, não surge sem que tenha um contexto político, cultural e socioeconômico envolvido, ela é um campo de disputa, onde diferentes grupos lutam por reconhecimento e pela redefinição dos significados e pertencimentos. Nesse processo, ocorre a tentativa de prevalência de um grupo sobre outro, o que reforça a complexidade da ideia de uma identidade latino-americana compartilhada (Hall, 2006, p. 47-65).

Para isso, é necessário compreender um pouco de onde surgiu o termo e a ideia de América Latina. Dentro desse contexto, tem-se que o termo "América Latina" é alvo de controvérsias e debates quanto à sua origem e uso, não havendo um consenso claro entre estudiosos. Uma das teorias defende que o termo surgiu através de intelectuais franceses no século XIX, já outras perspectivas atribuem o uso do termo a latino-americanos como José Maria Torres de Caicedo, Francisco Bilbao e Justo Arosemena, surgidos, em teoria, pelo menos um século antes da utilização pelos franceses, além de todos estes enfatizarem a necessidade de união dos países da região em oposição às influências ocidentais. Essa diversidade de origens destaca a complexidade da construção do conceito e as disputas que o envolvem (de Souza, 2011, p. 30-32).

Ainda destacando a complexidade do assunto, foi através do ressurgimento da crítica ao ocidentalismo e ao imperialismo cultural, durante os anos 1970, que emergiu um

movimento na região da América Latina que preconizava redescobrir uma identidade própria e compartilhada. Larraín (1994) destaca dois modelos principais de identidade presente na região: o modelo europeu racional, derivado do Iluminismo; e o latino-americano — misto de razão e sensibilidade — que resgata tradições indígenas e mestiças (Larraín, 1994, p.48). Essa busca por uma identidade compartilhada, também passa pela redescoberta das culturas ancestrais e pela influência do catolicismo, marcada pela religiosidade popular, além do reforço à importância da solidariedade e da comunidade como fundamentos da identidade regional (Larraín, 1994, p. 50-51).

Apesar disso, embora narrativas históricas, símbolos culturais e discursos políticos promovam a ideia de uma identidade latino-americana compartilhada, em grande parte como oposição ao colonialismo europeu e à hegemonia ocidental, essa identidade em muitos casos não é forte o suficiente para se sobrepor ao nacionalismo (Larraín, 1994, p. 53).

Sobre essa perspectiva, a relação entre a elite latino-americana e a cultura europeia é um ponto central do debate, com as elites frequentemente alienadas de suas raízes regionais, o que levou a priorizar uma identidade branca europeia nos países da região. Nesse sentido, a identidade latino-americana compartilhada se define como uma postura antimoderna e de resistência ao modelo ocidental hegemônico preconizado pelas elites (Larraín, 1994, p. 49-53).

Assim, essa análise contribui diretamente para o debate sobre a não identificação da população brasileira com o termo "latino-americano" e suas implicações para a integração regional, uma vez que o conceito de identidade latino-americana envolve não apenas uma construção política e cultural, mas também uma resposta às pressões externas e hegemônicas advindas das grandes potências.

3 Formação da identidade brasileira

Desde os tempos coloniais até a consolidação do Brasil como nação independente, o processo de formação da identidade brasileira foi amplamente dominado por elites que discutiam os contornos dessa identidade. Os grupos que debatiam incluíam intelectuais, políticos e artistas, como José Bonifácio e Joaquim Nabuco, que buscavam diferenciar o Brasil não apenas dos colonizadores europeus, mas também de seus vizinhos latino-americanos. A identidade latino-americana anterior, que surgiu com as independências dos países da região no início do século XIX, foi constituída por um sentimento de pertencimento comum, moldado por influências culturais, históricas e sociais compartilhadas, e promovido por pensadores como Simón Bolívar e José de San Martín (Bethell, 2009, p. 294-314).

A busca por uma identidade nacional própria no Brasil foi influenciada por essa identidade latino-americana emergente, que já apresentava elementos comuns entre os países da região. Portanto, a questão que surge é se, durante essa construção identitária, houve espaço para a integração de outras identidades culturais, como a latino-americana, ou se o Brasil se isolou desse pertencimento. Essa reflexão é essencial para entender como a identidade brasileira foi moldada tanto por influências internas quanto externas (Bethell, 2009, p. 294-314).

Assim, é possível afirmar que a formação da identidade brasileira se deu a partir de três principais vertentes: a dos povos indígenas, a dos povos africanos e as europeias, principalmente de origem portuguesa. Apesar de usualmente tais vertentes serem as mais citadas no que se trata da formação da identidade nacional brasileira, esta também inclui a participação de outros povos europeus que não os de origem ibérica e de outras regiões do mundo, como os povos asiáticos (de Souza, 2006, p. 71-106).

Nesse sentido, embora a miscigenação tenha sido um elemento fundamental para a construção da sociedade brasileira, não significa que houve uma aceitação ou valorização igualitária dessas influências. Um exemplo disso, é a elite política e intelectual brasileira, que em diversas fases da história, se dedicou a promover um projeto de identidade nacional que valorizava elementos culturais europeus e brancos, em detrimento das identidades indígenas e africanas, que foram muitas vezes marginalizadas (de Souza, 2006, p. 71-106).

Nesse processo de formação identitária, observa-se que a ideia de uma identidade latino-americana compartilhada, também foi posta em segundo plano, apesar de geograficamente inserido na América Latina, o Brasil, desenvolveu desde a sua constituição como um país independente, uma relação ambivalente com a região. A colonização portuguesa diferenciou o Brasil dos países de colonização espanhola, criando desde cedo uma barreira linguística e também cultural, devido a impossibilidade de dissociação entre cultura e língua, que se perpetuou nas décadas subsequentes e se faz presente ainda hoje (Bethell, 2009, p. 294-314; Martins, 2019, p. 8-25).

A construção da identidade brasileira, portanto, se deu em grande parte em oposição a um ideal de uma identidade compartilhada latino-americana, que se baseava em laços culturais e históricos comuns entre os países da região. Algumas vertentes de pensamento como as que corroboram com Sérgio Buarque de Holanda, afirmam que a regionalidade dentro do Brasil foi uma característica que precedeu a formação da identidade nacional, emergindo das diversas influências culturais, sociais e políticas que moldaram as províncias

ao longo do período colonial (Bethell, 2009, p. 294-314; Holanda, 1995, p. 73-92; Martins, 2019, p. 8-25).

Essa regionalidade teria se desenvolvido antes da identidade brasileira consolidada, pois as diferenças linguísticas e culturais entre as várias regiões do país criaram uma base plural que, posteriormente, seria utilizada para construir uma identidade nacional. No entanto, alguns pesquisadores argumentam que esses processos foram interdependentes e se formaram conjuntamente, à medida que a busca por uma identidade nacional, principalmente por parte do Estado e suas elites, fez ecoar as particularidades regionais (Bethell, 2009, p. 294-314; Holanda, 1995, p. 73-92; Martins, 2019, p. 8-25).

Embora o Estado brasileiro tenha participado de movimentos e conferências internacionais que visavam a integração regional no século XIX, como os Congressos Interamericanos, sua diplomacia frequentemente se afastou de uma cooperação latino-americana nos moldes propostos por líderes como Simón Bolívar, no que diz respeito à um entendimento mútuo entre os países da região para enfrentar desafios comuns, promovendo a solidariedade e a integração, tanto política quanto econômica (Bethell, 2009, p. 294-314; Martins, 2019, p. 8-25).

Essa ambivalência em relação à América Latina reflete-se também nas percepções internas de brasilidade. O projeto ideológico que moldou a construção da identidade nacional no Brasil data principalmente do século XIX, especialmente durante o período pós-independência, no contexto das elites políticas e intelectuais do país, concentradas nas grandes capitais do país e influenciadas por correntes de pensamento europeias. Esse projeto buscou homogeneizar a sociedade em torno de valores e símbolos ligados ao ideal europeu de progresso e civilização, enfatizando ideias de modernidade, urbanização e desenvolvimento econômico (Fiorin, 2009, p. 115-126).

Nesse sentido, buscou-se reforçar e consolidar os valores europeus, estabelecendo um padrão de civilização que excluía ou marginalizava identidades que não correspondiam a esse ideal, como as culturas indígenas, afro-brasileiras e também a visão sobre uma identidade latino-americana compartilhada. As influências culturais internas, foram frequentemente desconsideradas ou tratadas de maneira superficial dentro do projeto nacional, pois não se alinhavam aos padrões eurocêntricos. Da mesma forma, as influências externas, como as propostas de integração cultural latino-americana, foram vistas como obstáculos ao ideal de identidade nacional, sendo apenas superficialmente incorporadas ao discurso oficial, sem um verdadeiro reconhecimento da sua importância e valor. Essa abordagem resultou em uma

construção identitária que ignorava as contribuições e a riqueza cultural dessas identidades marginalizadas (Fiorin, 2009, p. 115-126).

A postura adotada pelo Brasil nos Congressos Interamericanos do século XIX ilustra claramente esse desafio. Esses encontros diplomáticos, propostos principalmente por líderes como Simón Bolívar, buscavam promover um projeto de identidade latino-americana compartilhada, visando fortalecer a integração política e econômica entre os países da região. No entanto, a participação brasileira em tais eventos frequentemente refletiu uma contrariedade em relação a essa ideia de integração. As elites brasileiras, influenciadas por um projeto de construção nacional que priorizava uma identidade europeizada, mantinham uma distância crítica em relação ao conceito de América Latina (Bethell, 2009, p. 294-314; Martins, 2019, p. 8-25).

Em vez de se engajar plenamente na noção de uma identidade regional coletiva, a postura brasileira tendia a expor essa aversão, enfatizando a singularidade da nação e sua conexão com valores europeus (Bethell, 2009, p. 294-314; Martins, 2019, p. 8-25). Essa atitude não apenas limitou a assimilação da identidade regional, mas também questionou a eficácia das conferências como um verdadeiro espaço de integração, revelando uma resistência à ideia de uma América Latina unificada.

Diante disso, a identidade nacional hegemônica, construída em torno de valores europeus, se manifestava na política externa, que refletia a aspiração de afastamento da identidade latino-americana e de alinhamento com os centros de poder do Norte Global. Esse processo não era apenas uma manifestação da identidade brasileira, mas também uma força que ajudava a moldá-la, ao consolidar a percepção interna de que o Brasil ocupava um papel distinto e superior na região. O que gerou impactos nas relações diplomáticas e na própria percepção do Brasil dentro da América Latina e contribuiu para o distanciamento da identidade latino-americana no imaginário nacional (Bethell, 2009, p. 294-314; Martins, 2019, p. 8-25).

Contudo, apesar do apresentado até aqui, a exclusão ou marginalização da identidade latino-americana no Brasil não deve ser vista como um processo homogêneo ou inquestionado. Diversas vozes ao longo da história brasileira buscaram resgatar ou promover uma maior integração com a América Latina, tanto no campo político quanto cultural.

A Semana de Arte Moderna de 1922, por exemplo, é um marco nesse sentido, pois embora fosse um movimento artístico essencialmente nacionalista, abriu espaço para a valorização de elementos culturais e estéticos que fugiam da matriz europeia e que dialogavam com uma identidade mais ampla (Ajzenberg, 2012, p. 25-29).

No entanto, esses movimentos ainda eram exceção e o ideal de uma identidade latino-americana compartilhada nunca foi plenamente incorporado ao projeto nacional brasileiro, pois a identidade latino-americana foi tratada mais como uma referência externa do que como um componente central da autoimagem brasileira, sendo marginalizada em favor de uma narrativa nacionalista que evitava a integração cultural e política com a região (Bethell, 2009, p. 294-314).

Ademais, a Era Vargas (1930-1945) representou um momento fundamental para a consolidação da identidade nacional brasileira, tanto do ponto de vista político quanto cultural, esse processo de unificação nacional teve como consequência a exclusão de diversas identidades culturais que não se enquadravam no projeto de homogeneização proposto pelo regime, que buscava criar coesão nacional, promovendo políticas que unificassem o país em torno de um “ideal de brasilidade” (Fausto, 1994, p. 365-382).

Com a instauração do Estado Novo, em 1937, símbolos como o hino, a bandeira e a língua portuguesa foram exaltados para promover a ideia de um Brasil uno e indivisível. Essa visão marginalizava identidades culturais, que eram vistas como obstáculos ao progresso, alinhando a identidade nacional a um ideal eurocêntrico, comprometendo a diversidade essencial do Brasil (Fausto, 1994, p. 365-382).

No entanto, essa abordagem levanta a questão de que uma identidade nacional não necessariamente requer uma única identidade cultural, na verdade, a tentativa de construir uma identidade nacional homogênea resultou na marginalização de outras identidades culturais vistas como obstáculos ao progresso nacional, o que revela que Vargas buscava atrelar a identidade nacional a uma única identidade cultural, àquela cujo fosse mais parecida com ideais eurocêntricos. Assim, essa visão monocultural ignorou a diversidade cultural internamente e comprometeu a verdadeira essência da identidade nacional, que deve incluir e valorizar suas múltiplas facetas.

Ademais, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) reforçou essa visão ao controlar a produção cultural, promover a exaltação de símbolos nacionais e a criação de uma imagem do Brasil como um país moderno e harmonioso, mas que apagava tensões sociais e étnicas. A cultura popular foi cooptada como parte desse projeto, como o samba, por exemplo, que foi transformado em símbolo nacional, mas sem o devido reconhecimento de suas raízes afro-brasileiras (Fausto, 1994, p. 365-382).

Além disso, o governo Vargas adotou uma política de "branqueamento" cultural e racial que se refletiu tanto na imigração quanto na construção simbólica da nação. Políticas de incentivo à imigração europeia, que já vinham sendo praticadas desde o final do século XIX,

foram mantidas e incentivadas durante o governo Vargas, que guiado por ideais eugenistas, queria “melhorar” a composição racial do Brasil (Fausto, 1994, p. 365-382).

Ao mesmo tempo, identidades culturais que não se adequavam ao ideal europeu de progresso e civilização foram marginalizadas, vistas como elementos a serem integrados ou assimilados pela sociedade nacional, muitas vezes forçosamente, através de políticas que restringiam suas práticas culturais e territoriais, além de serem subjugadas à uma visão estereotipada que as reduzia ao folclore e distorcia suas contribuições culturais e históricas (Fausto, 1994, p. 365-382).

A centralização do sistema educacional também auxiliou ao impor uma identidade nacional hegemônica. A instrução cívica e moral, e a obrigatoriedade do ensino do português em escolas de imigrantes, dificultaram a preservação de outras identidades culturais. Ainda que o projeto de homogeneização de Vargas não tenha sido plenamente bem-sucedido, ele reduziu significativamente a diversidade cultural e linguística do país (Fausto, 1994, p. 365-382).

No contexto internacional, a identidade latino-americana foi igualmente marginalizada, embora houvesse cooperação regional com os países latino-americanos, o governo brasileiro se posicionava como um país único e excepcional na América Latina, buscando diferenciar-se dos demais países da região. Isso reforçou o sentimento de isolamento em relação à uma identidade latino-americana compartilhada, que embora geograficamente evidente, foi deixada de lado no discurso oficial brasileiro (Bethell, 2009, p. 294-314).

Assim, ao longo dos séculos, o Brasil construiu uma identidade que se pautava na distinção em relação aos vizinhos latino-americanos. A política externa, as práticas culturais e a própria ideologia nacionalista do Brasil, que teve início no século XIX e foi foco durante o governo de Vargas, contribuíram para a formação de uma percepção de excepcionalismo, em que o Brasil era visto como uma nação à parte, com uma identidade única, desvinculada da América Latina. O que foi reforçado pelo discurso da elite política e cultural, que promoveu a ideia de que o Brasil, por sua grandeza territorial, econômica e populacional, estava destinado a uma posição de liderança na América Latina, mas sem necessariamente compartilhar das mesmas identidades históricas e culturais, o que gerou consequências internas e externas para o Brasil, que serão tratadas nas próximas seções (Bethell, 2009, p. 294-314).

4 Há desconexão identitária?

A construção de uma identidade nacional diferenciada da latino-americana gerou consequências tanto no campo interno quanto nas relações internacionais do Brasil. Internamente, a negação ou marginalização de outras identidades culturais – como as identidades afro-brasileiras, indígenas e a identidade latino-americana – criou tensões sociais e políticas que persistem até hoje. Externamente, o distanciamento do Brasil em relação à América Latina limitou seu potencial de liderança regional e dificultou os processos de integração.

Guimarães (2015), aponta que somente 4% dos brasileiros se definem como latino-americanos, enquanto em outros seis países vizinhos (Argentina, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru), 43% se definem por meio dessa denominação. Além disso, ao apontar os gentílicos e expressões com os quais mais se identificavam, no caso dos brasileiros, as principais respostas foram "brasileiro" (79%), "cidadão do mundo" (13%), "latino-americano" (4%) e "sul-americano" (1%). Dentro dessa perspectiva, é possível pressupor que a identificação da população brasileira com a ideia de uma identidade latino-americana é baixa quando comparada aos demais países da região. Em quatro dos países mencionados (Argentina, Colômbia, Equador, Peru) a primeira posição foi a do termo "latino-americano" e em nenhum dos países da pesquisa as três primeiras opções foram ocupadas pelos adjetivos de identificação pátria (Guimarães, 2015).

No sentido de o brasileiro ter uma dificuldade maior do que a população de outros países da região para se identificar com o termo "latino-americano", percebe-se que desde o início da instituição do Brasil como um país independente, houve um esforço do governo brasileiro para se distanciar das narrativas comuns à América Latina. A elite brasileira, em busca de uma inserção internacional diferenciada, preferia se identificar com nações europeias ou norte-americanas, ao invés de reforçar laços com seus vizinhos. Isso refletia uma percepção de superioridade cultural e econômica, que ainda ressoa nas relações contemporâneas entre o Brasil e a América Latina (Bethell, 2009, p. 297-305).

Historicamente, a elite brasileira buscou um modelo de desenvolvimento mais alinhado aos padrões e expectativas ocidentais, distanciando-se dos ideais latino-americanos que propõem a união dos povos latino-americanos em uma perspectiva de esquerda, como a defendida por Simón Bolívar e outros líderes revolucionários, que contrapõem majoritariamente à visão ocidental, promovendo uma identidade coletiva em oposição às hegemonias tradicionais. Esse distanciamento da elite brasileira ajuda a explicar por que,

mesmo quando o Brasil exerce liderança política ou econômica na América Latina, essa liderança não necessariamente se traduz em uma identificação cultural com a região (Bethell, 2009, p. 297-305; Martins, 2019, p. 9-10).

Embora haja elementos comuns entre as identidades latino-americana e brasileira, como a história colonial e a luta contra o imperialismo, a maneira como essas experiências foram vividas no Brasil gerou um distanciamento em relação aos seus vizinhos. Esse distanciamento, seria exacerbado pela pouca ênfase dada à identidade latino-americana nas narrativas de identidade nacional brasileira, apesar disso, essas diferenças podem estar presentes em todos os demais países considerados como parte integrante da América Latina (Catalano, 2019, p. 57-60).

Apesar disso, o Brasil apresentaria um elemento a mais que o destaca dos outros países latino-americanos, a desconfiança dos demais países. O que teve início após as independências nacionais, pelo fato do Brasil ser o único país da região que se configurava como uma monarquia e não como uma república, como a maioria dos outros países da região. Isso perdurou até mesmo entre as elites intelectuais hispano-americanas e brasileiras, ambas não consideravam o Brasil como parte integrante da América Latina (Bethell, 2009, p. 299-300; de Souza, 2019, p. 32-34). Nesse sentido, Feres Júnior (2005, p.54), aponta que: “A experiência luso-brasileira é frequentemente esquecida tanto nas narrativas americanas sobre a América Latina quanto em discursos em língua espanhola. Mesmo hoje, é comum encontrarmos o termo Latin American ou Latino América sendo usado como sinônimo de Spanish America”

O cenário começa a mudar com a consolidação do uso do termo “Latin America”⁴, como de Souza (2019), pontua:

O Brasil sob este contexto, somente passou a fazer parte da América Latina a partir do momento em que se fora cunhada a expressão “Latin América”. Ou seja, quando principalmente os EUA, a Europa e o resto do mundo passaram a considerar o Brasil como parte integrante da “Latin America” em meados dos anos 1920 e 1930, especificadamente durante a Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria (p.32-33).

Esse fato é consolidado com a inclusão do Brasil na política de Boa Vizinhança do presidente Roosevelt, além de estar dentro dos projetos de influência geopolítica do Escritório de Coordenação das Relações Comerciais e Culturais entre as Américas (OCIAA) na América Latina a partir dos anos 1940 (Bethell, 2009, p. 307). Além disso, sob a perspectiva dos analistas dos Estados Unidos da América (EUA), a América Latina se apresentava como uma

⁴ Tradução livre: América Latina

das regiões com maior coesão em termos sociais, linguísticos, culturais, econômicos e políticos em todo o mundo, nesse ponto Bethell (2009), aponta que foram ignoradas todas as diferenças que o Brasil tinha em relação à outros países da América Hispânica, como extensão territorial, tamanho da população e os demais fatores já citados (Bethell, 2009, p. 308).

Sobre essa perspectiva é importante notar que Feres Júnior (2005), destaca que a partir da Guerra Fria, os Estados Unidos buscaram estender o seu domínio sobre diversas regiões do globo, o que acabou por intensificar os estudos acerca da política externa no país. Dentro disso, a Revolução Cubana fez com que a atenção do governo dos EUA se voltasse para a região e como consequência disponibilizassem um maior financiamento para a área de “Latin American Studies”⁵ (Feres Júnior, 2005, p. 86-89). No Brasil, a ditadura militar (1964-1985), influenciada pelos EUA, foi decisiva para criar uma identidade nacional em oposição à América Latina, destacando o país como uma exceção regional. Essa identidade serviu como instrumento dos governos autocráticos para silenciar dissidências, com o patriotismo sendo utilizado sob o lema "Brasil, ame-o ou deixe-o" para alinhar a lealdade nacional aos interesses do regime e evitar vínculos com ideias de solidariedade latino-americana.

Essa mudança com relação ao que e a quem se refere o termo “latino-americano”, por muito tempo sinônimo da América Espanhola, corrobora com o conceito de "hibridismo cultural", introduzido por Homi Bhabha (2004), que argumenta que as identidades não são estáticas ou monolíticas, são formadas e constantemente reconfiguradas através de um processo de intercâmbio cultural e negociação (Bhabha, 2004, p. 1-27). Esse conceito, contribui para analisar como a identidade brasileira se posiciona em relação à América Latina, especialmente quando se trata de diferenças históricas e culturais que moldaram as percepções de separação e semelhança.

Segundo Bhabha (2004), as culturas são espaços "intersticiais", onde diferentes influências se encontram e criam novas formas de ser, o que é um ponto crucial, visto que a cultura é uma das partes essenciais para a formação de uma identidade nacional. Ao aplicar esse conceito ao contexto da identidade brasileira, o hibridismo cultural se manifesta na formação da própria identidade nacional, resultado de uma complexa interação entre populações indígenas, africanas, europeias e asiáticas (Bhabha, 2004, p. 1-27).

Entretanto, o ponto a ser destacado é que, ao contrário de muitos países da América Latina, cuja identidade plural é amplamente valorizada, como é o caso da Bolívia que destaca a sua diversidade no nome oficial⁶ do país. Embora esse reconhecimento seja alvo de

⁵ Tradução livre: Estudos latino-americanos

⁶ Estado Plurinacional da Bolívia

controvérsia e parte da sociedade boliviana rejeitar a noção de plurinacionalidade, mantendo viva a disputa pelas narrativas, essa iniciativa representa um esforço explícito de valorização das identidades diversas que compõem o país. Já no Brasil, prevalece uma narrativa que enfatiza sua singularidade e excepcionalismo na América Latina.

Essa narrativa de excepcionalismo, muitas vezes, se distancia da realidade plural do país, ignorando as complexidades e as contribuições das diversas identidades que formam a sociedade brasileira (Bethell, 2009, p. 294-314). Esse distanciamento, segundo Bhabha (2004), pode ser compreendido como parte de uma estratégia de diferenciação das elites políticas e intelectuais pós-coloniais. O Brasil, ao construir uma identidade nacional em oposição a seus vizinhos latino-americanos, engaja-se em um processo de "mimese colonial", em que tenta, se aproximar das potências europeias ou norte-americanas, ao mesmo tempo em que tenta superar o estigma do colonialismo e do subdesenvolvimento, que é frequentemente associado à América Latina, principalmente pelas grandes potências (Bethell, 2009, p. 294-314; Bhabha, 2004, p. 57-93).

Para Bhabha, essa dinâmica de "mimese" é central para entender como identidades são criadas em contextos pós-coloniais (Bhabha, 2004, p. 28-56). No caso brasileiro, como destacado anteriormente, a ênfase na sua excepcionalidade é, em grande parte, uma tentativa de se distanciar das narrativas latino-americanas associadas ao subdesenvolvimento, ao populismo e à instabilidade política.

Essa ideia é reforçada por Feres Júnior (2005), quando ele se refere ao pensamento dos EUA sobre a região, em que o autor destaca que para essa superpotência o termo "Latin America" e os países que o englobam, deveriam ser comparados a "outros" países do Terceiro Mundo, o que preconiza uma imagem mental de retardo e subdesenvolvimento e exclui da narrativa a possibilidade de vivenciar experiências consideradas próprias do Primeiro Mundo (Feres Júnior, 2005, p. 242).

Ademais, a busca por uma liderança regional por parte do Estado brasileiro e da própria população, revela uma ambiguidade de posição. Segundo a pesquisa exposta por Guimarães (2015), quando questionados sobre qual país deveria assumir uma cadeira no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), caso o órgão abrisse uma vaga para a América Latina, cerca de 66% dos brasileiros indicaram o próprio país (Guimarães, 2015).

Essa resposta evidencia a vontade brasileira de liderar a região no contexto do Sistema Internacional. No entanto, essa ambição ocorre sem que o Brasil se veja como parte integral

de uma identidade latino-americana, mantendo uma certa distância em relação à construção de uma identidade regional compartilhada.

Esse processo, para Bhabha, pode ser visto como uma forma de resistência ao essencialismo identitário, que é marcado pela recusa de categorizações fixas, mas também é uma expressão de ansiedades coloniais e pós-coloniais, que ainda moldam a percepção do Brasil sobre sua posição no mundo e na América Latina (Bhabha, 2004, p. 94-120; p. 145-174).

Assim, a relação do Brasil com a identidade latino-americana é marcada por uma desconexão, tanto no plano simbólico quanto no prático. Historicamente, o Brasil buscou diferenciar-se de seus vizinhos, enfatizando sua singularidade cultural e econômica em oposição à identidade latino-americana (Bethell, 2009, p. 294-314). Embora o conceito de "hibridismo cultural" de Bhabha (2004) ofereça uma perspectiva que destaca a fluidez e negociação constante das identidades, o caso brasileiro revela um processo de diferenciação consciente, sustentado pelos argumentos apresentados até aqui relativos aos projetos que tentaram estabelecer uma identidade nacional hegemônica.

6 Considerações finais

Portanto, com o apresentado ao longo deste artigo, a estratégia do Estado brasileiro majoritariamente foi se projetar como uma nação à parte, privilegiando laços políticos, econômicos e culturais com o Ocidente e relegando a América Latina a um segundo plano nas suas construções identitárias. Essa escolha reflete tanto uma percepção de superioridade quanto o desejo de escapar do estigma do subdesenvolvimento associado à região. Assim, apesar dos laços geopolíticos e econômicos que unem o Brasil à América Latina, a identidade nacional brasileira se constrói, em grande parte, como uma exceção, reforçando uma desconexão que persiste até os dias atuais.

Apesar da aparente desconexão entre o Brasil e a identidade latino-americana, a realidade é mais complexa. Embora o Brasil historicamente tenha buscado se diferenciar da América Latina, esse processo de distinção não deve ser visto como uma simples rejeição, mas como uma interação dinâmica de influências culturais, políticas e econômicas. O conceito de "hibridismo cultural", permite entender que essa desconexão não é absoluta, mas marcada por zonas de interseção e sobreposição, o Brasil, ao mesmo tempo que construiu sua identidade nacional de forma singular, participa de um processo de trocas culturais e políticas com seus vizinhos latino-americanos, o que cria uma tensão entre diferenciação e integração.

As iniciativas de integração regional, como o Mercosul, e os laços históricos comuns, como o colonialismo e a luta contra o imperialismo, mostram que o Brasil não está totalmente a parte de sua identidade latino-americana, mas sim em uma posição ambígua, tentando equilibrar sua singularidade com as influências regionais. Essa ambivalência é essencial para compreender que, enquanto há um distanciamento simbólico, há também um envolvimento prático, evidenciando uma relação que não pode ser reduzida a um simples sim ou não. Além disso, é importante reconhecer que o próprio Brasil possui múltiplas identidades regionais e estaduais, o que acrescenta outra camada de complexidade ao tratar da identidade nacional em relação à latino-americana.

Referências

- AJZENBERG, Elza. **A semana de arte moderna de 1922**. Revista de Cultura e Extensão USP, v. 7, p. 25-29, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rce/article/view/46491>. Acesso em: 09 out. 2024.
- ANDERSON, B. **Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism**. London, New York: Verso, 2006.
- BHABHA, Homi K. **The location of culture**. routledge, 2004.
- BETHELL, L. **O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 289–321, dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/wDjSryQpkTFYcKBMHqwfNKD/?lang=pt> . Acesso em: 7 out. 2024.
- BOLÍVAR, Simón; BUSHNELL, David (org.). **El Libertador**. Oxford: Oxford University Press, 2003. Disponível em: <https://www.historyisaweapon.com/defcon7/simon-bolivar-el-libertador-writings-of-simon-bolivar-david-bushnell-editor-1.pdf> . Acesso em: 23 out. 2024.
- CATALANO, Danilo Espindola. Identidade latino-americana e brasileira: semelhanças e diferenças. **Revista Alabastro**, v. 1, n. 12, p. 49-61, 2019. Disponível em: <https://revistaalabastro.fespsp.org.br/index.php?journal=alabastro&page=article&op=download&path%5B%5D=259&path%5B%5D=142> . Acesso em: 16 out. 2024.
- DE SOUZA, A. **América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história**. PRACS, UNIFAP. Macapá, 2011. Disponível em: https://www.nepac.ifch.unicamp.br/pf-nepac/america_latina_conceito_identidade.pdf . Acesso em: 7 out. 2024.
- DE SOUZA, Ricardo Luiz. **Identidade nacional e modernização na historiografia brasileira: o diálogo entre Romero, Euclides, Cascudo e Freyre**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VGRO-6XSPWB/1/tese_ricardo.pdf . Acesso em: 9 out. 2024.
- FAUSTO, Boris et al. **história do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

FERES JÚNIOR, João. **A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos**. Bauru, Sp: Edusc, 2005. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/704/pdf_10/1165 . Acesso em: 9 out 2024.

FIORIN, José Luiz. **A construção da identidade nacional brasileira**. Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso, n. 1, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/3002/1933> . Acesso em: 09 out. 2024.

GUIMARÃES, Thiago. BBC. **Brasileiro despreza identidade latina, mas quer liderança regional, aponta pesquisa**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151217_brasil_latinos_tg . Acesso em: 16 out. 2024.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 73-92.

HURRELL, Andrew. **On Global Order: Power, Values, and the Constitution of International Society**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

LARRAÍN, J; et al. **La identidad latinoamericana: teoría e historia**. Estudios públicos, n. 55, 1994. Disponível em: <https://www.estudiospublicos.cl/index.php/cep/article/view/1247> . Acesso em: 7 out. 2024.

MARTINS, Lucas Santos. **A construção identitária brasileira e latino-americana e sua influência para a diplomacia do império nos congressos interamericanos do século XIX**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28329> . Acesso em: 16 out. 2024.

MORETO, Vitor. **O Brasil como reflexo inevitável da América Latina**. 2021. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-brasil-como-reflexo-inevitavel-da-america-latina/> . Acesso em: 16 out. 2024.